



CLUBES SOCIAIS E OS ESPAÇOS DE NEGRITUDE NO RIO GRANDE DO SUL

Cassiane de Freitas Paixão¹
Marcus Vinicius Spolle²

O presente trabalho faz parte de uma proposta mais abrangente que visa contribuir para um diálogo entre a comunidade universitária, clubes sociais negros da região sul, comunidade escolar e movimentos sociais regionais, propiciando a formulação de um espaço concreto na comunidade para a construção de questões relacionadas à cultura negra na região sul do Rio Grande do Sul.

Os municípios de Rio Grande e Pelotas permanecem hoje, conjuntamente com Porto Alegre, como as cidades que proporcionalmente tem o maior contingente de população negra no Estado.

Inversamente esse contingente populacional não está presente nas manifestações culturais do Rio Grande do Sul. Na cidade do Rio Grande, berço histórico do Estado, as manifestações culturais da população afrobrasileira não são valorizadas pela sociedade. Nos últimos tempos as agremiações negras acabaram se desmobilizando e isso se reflete na invisibilidade do negro na sua participação social.

A importância da cultura negra na formação da sociedade riograndense foi pouco estudada, e até mesmo negada pelos historiadores mais tradicionais gaúchos. A discussão sobre a participação do negro na construção da sociedade gaúcha pela historiografia se fez através de diferentes perspectivas teóricas. Assim, é necessário retomá-las para resignificar a importância do negro desde a indústria do charque no século XIX, que utilizava a mão de obra escrava, até a introdução do trabalho assalariado na região e principalmente em sua expressão cultural como forma de valorizar a participação desta etnia na formação da sociedade riograndense. (SPOLLE, 2010)

No Rio Grande do Sul, a questão racial e a participação do negro na formação da população

¹ Socióloga, Doutora em Educação.

² Sociólogo, Doutor em Sociologia.



gaúcha é polêmica. Mario Mestri Filho (1979) identificou, nas idéias dos primeiros historiadores gaúchos, um discurso “embranquecedor”, que negava a participação do negro na formação do povoamento gaúcho e fortalecia o mito de um estado formado pela etnia branca. Um exemplo disso é o caso de Manuelito de Ornelas:

“O Rio Grande nascia do impulso desbravador de três correntes humanas, diferenciadas nos seus propósitos, mas semelhantes nas suas origens raciais. E o lastro, em que se fundiam as correstes alienígenas, era o índio – o tape, no litoral, o guarani, nas missões e o charrua, nos plainos da Banda Oriental. Pelo oeste e sul, ingressavam os espanhóis com os estandartes cristãos dos jesuítas. Pelo nordeste, os mamelucos de Piratininga e Laguna, impelidos, não pelo sonho do ouro e das esmeraldas mas à procura dos rebanhos espanhóis e do índio traficável. Pelo litoral, os ilhéus, simples arroteadores da terra” (ORNELAS,1976, p.5)

Nesse discurso, é possível observar que os negros não aparecem na formação da população gaúcha. Quando finalmente o negro aparece na historiografia gaúcha, a situação da sua condição de escravo é atenuada pela “democracia racial”.

Antes de Maestri, na década de 60, Fernando Henrique Cardoso, em seu estudo sobre Capitalismo e escravidão no Brasil meridional (2003), analisou a economia escravista das charqueadas e a sua transformação, a partir da abolição da escravatura, em 1888. Cardoso expôs a questão ideológica da participação do negro na produção gaúcha, através da “democracia gaúcha” (CARDOSO).

O autor, ainda, segue afirmando que o discurso da sociedade tradicional gaúcha caracterizava-se como uma construção ideológica porque era uma tentativa de tornar homogêneo o comportamento social, que estava desvinculado da sociedade real, sem qualquer preocupação com os negros recém-saídos de uma sociedade escravista. Depois da abolição, essa construção ideológica, além de esconder a relação patrimonial e de violência entre escravo e senhor, iria encobrir as relações desiguais entre brancos e negros.



Se, historicamente, a região sul registrou um grande número de negros, utilizados pela indústria do charque, durante a escravidão, estudos como os de Fernando Henrique Cardoso e de Beatriz Loner mostram que um grande contingente de trabalhadores permaneceu na região e vai se incorporar ao operariado e às categorias de profissionais ligadas ao porto. Essa particularidade torna este estudo um laboratório inédito no Brasil. Aqui o negro, no pós-abolição, não ficou necessariamente excluído do mundo do trabalho.

No caso do município de Pelotas, a resistência da incorporação do negro à sociedade de classes e a permanência da marca étnica, que dificulta a sua incorporação no mercado de trabalho, não se efetivou, na sua plenitude, depois da abolição. Isso pode ser observado no trabalho de Beatriz Loner (1999), quando analisa a formação da classe operária em Pelotas, no período da República Velha. Loner verificou que grande parte da população negra do extremo sul do Estado, advinda das charqueadas, encontrou problemas para garantir a sua inserção na sociedade competitiva, confirmando a permanência da marca em determinados tipos de trabalho.

Assim, na visão de Loner, apesar das dificuldades, os negros não aceitaram passivamente a discriminação, uma vez que eles foram capazes de imprimir dinâmica à própria vida e de buscar estratégias para se afirmarem enquanto grupo social, mesmo que esse esforço e luta não tivesse tanta visibilidade.

Nas últimas décadas do Império, uma forma utilizada pelos trabalhadores negros para conseguir integrar-se na sociedade, tais como artesãos e operários qualificados, era feita através de entidades de amparo e apoio mútuo, que foram criadas para facilitar o acesso a essas profissões.

Nesse período, as principais entidades da sociedade, que apresentava uma forte presença dos grupos negros, eram as associações mutualistas, que podiam ser vinculados a categorias profissionais, tais como, em Pelotas, a Fraternidade Artística, formada por artesãos negros, ou de cunho social, como a Feliz Esperança. Essas e outras foram criadas por volta da década de 1870, período inicial da campanha abolicionista no país. Por fim, havia, ainda, entidades de cunho religioso, católicas, como a Irmandade da Santíssima Virgem do Rosário. Em Rio Grande as sociedades envolvidas eram os Clubes Carnavalescos do Congo e Mina, a sociedade Recreio Operário (de negros), Saca Rolhas, Diógenes e Amazonas. Por volta de 1890, surge a Cooperativa Filhos do trabalho exclusivamente de negros e pardos.



Mais tarde, com a abolição e a República, irão surgir entidades mistas, com participação de brancos e negros, ligadas às organizações profissionais tais como a Harmonia dos Artistas, entre outras. As associações beneficentes diminuem em 1910 e passam a nascer instituições mais de cunho recreativo e carnavalesco.

Segundo Lorena Gil e Beatriz Loner (2007), as entidades mutualistas continuaram ainda nesse período a expandir-se, principalmente devido ao seu caráter previdenciário, mas aos poucos ocorreu um deslocamento no sentido do fortalecimento das entidades recreativas, que começaram a ampliar suas atividades e formas, surgindo, assim, ao final da primeira década, as primeiras associações esportivas negras, motivadas pelo segregacionismo no esporte, que as levará, no final da década de 10, a criarem uma federação de futebol, a Liga José do Patrocínio, fundada em 10.06.1919, o que também ocorreu em Porto Alegre e Rio Grande. Em Pelotas, ainda foram criadas as associações culturais e carnavalescas, a maioria em 1917, tais como: Depois da Chuva, o Fica Aí pra Ir Dizendo, o Chove Não Molha, Está tudo Certo e o Quem ri de nós tem paixão. Havia ainda o Clube negro Fica Aí pra Ir Dizendo que era considerado da elite negra, no qual era obrigatório o uso de trajes adequados para frequentá-lo.

Assim, no início do século XX, pode se observar o auge da organização negra, através de clubes recreativos, teatrais, carnavalescos, futebolísticos, entidades mutualistas, de assistência às crianças e de representação étnica (LONER, 1999). A rede associativa formada por essa etnia auxiliava a integração de seus membros na sociedade, em termos de construção de relacionamentos, amizades, relações de compadrio e, obviamente, de oportunidades de emprego e casamento, além da preocupação com a questão educacional, em que algumas entidades ofereciam cursos noturnos para os filhos de seus associados. Nesse sentido, a rede propiciou as oportunidades de reconversão dos capitais sociais, econômicos e, principalmente, simbólicos, para a garantia da mobilidade social dos negros livres, na pós-abolição. Em Rio Grande esses clubes foram o Clube Cultural Braço e Braço e a Sociedade Estrela do Oriente.

Loner (2001) aponta em seus estudos uma estreita relação entre sindicatos e agremiações carnavalescos. Nos sindicatos fundaram os primeiros grupos e associações carnavalescas, unindo negros e brancos das camadas mais pobres. Resultando assim nos primeiros clubes sociais negros, nos moldes da classe dominante branca.



Os clubes também representavam a consagração de um ritual de passagem social, marcado pela mudança de status.

Os clubes de negros organizam freqüentemente bailes e festas em homenagem aqueles que obtêm o diploma de normalista, o grau de bacharel ou uma nomeação de destaque. Mesmo que nem sempre seja assim, a aprovação e o estímulo do grupo à ascensão transpareceu nas rodas de jovens, onde as pessoas que ingressaram numa faculdade ou que conseguiram boa colocação num concurso para ingresso do funcionalismo são sempre muito festejados. (CARDOSO, 1960, p.585)

No entanto, observamos que os estudos referentes à valorização de espaços sociais da negritude sobre o município de Rio Grande, com características sociais muito semelhantes a Pelotas, ainda encontravam-se incipientes. Além disso, a participação em Foruns comunitários, eventos educacionais e sociais indicaram que a sociedade riograndina ainda busca consolidar sua visibilidade étnica.

Sendo esse um dos motivos que nos indicou a necessidade de realizar um estudo sobre os clubes sociais negros do município de Rio Grande, objetivando analisar a constituição histórica e social dos clubes sociais negros de Rio Grande e região sul do Rio Grande do Sul, como potencial de constituição de espaços locais para fortalecimento da cultura negra no Estado.

A procura e o encontro do material para pesquisa

Ao realizarmos a busca da identificação dos clubes sociais negros em Rio Grande nos deparamos com um quadro um tanto “decadente”. Nenhum dos clubes sociais negros está em funcionamento na cidade. Um deles encontra-se fechado por problemas jurídicos, outro por não possuir estrutura para ter suas portas abertas.

Tivemos contato com os presidentes da Sociedade Recreativa Estrela do Oriente e o Clube Cultural Braço é Braço, ambos relataram os problemas que possuem e que se agravaram em meados dos anos de 1990. No entanto, ainda são realizados encontros organizados pela associação de clubes



sociais negros, destacando reuniões da “sociedade clubista” do sul do Estado.

Nesses encontros são discutidas as situações dos clubes, propostas para reativá-los e como sanar preocupações jurídicas que se espalham pela conjuntura dos clubes sociais negros do sul do Estado.

Como primeira parte da pesquisa, buscamos os livros de atas do Clube Cultural Braço é Braço, do Município de Rio Grande, nele analisamos a criação do clube, quem foram os atores desse processo.

Conforme livro de atas (1):

Foi exatamente no dia 1º de janeiro longínquo ano de 1920 nesta cidade do Rio Grande, RS, na então Rua: Uruguaiana (hoje Av. Silva Paes) nº270 (local da caixa Econômica Estadual) naquele tempo havia vários casebres que ocorreu a fundação de um bloco carnavalesco, na ocasião foi denominado de Braço é Braço, seu nome deriva do fato de que um dos que se encontravam presentes ao ato, estava carregando um braço esculpido de madeira.

Ao chegar um jornalista, este perguntou como era o nome do bloco que se estava fundando.

Todos olharam então para o cidadão que levava o braço de madeira e disseram: o nome é Braço é Braço!

A nova entidade carnavalesca, fora fundada por foguistas e carvoeiros da Marinha Mercante[...]

Relatos do atual presidente do clube indicam que o Clube Cultural Braço é Braço foi uma construção de uma comunidade negra riograndina que buscava um espaço para comunicar-se, tanto por meio de festas, bailes de debutantes, carnavais, música e oralidade. Mas principalmente um espaço social da comunidade negra, sem conotação política (segundo fala do presidente do Clube).

Ainda no pequeno histórico produzido pela diretoria do clube no livro de atas:

Bem o bloco carnavalesco Braço é Braço, que fora fundado por um grupo de foguistas e carvoeiros da Marinha Mercante do Brasil, trazia o cunho de apenas, brincar no carnaval, com uma condição: - Só poderiam dele participar, elemento do sexo masculino.

A questão da participação somente de homens pode ser explicada pela relação com a Marinha e a preponderância dos homens nessa organização. Mas com o tempo e com a busca da



concretização de um espaço social as mulheres também passaram a freqüentar o Braço:

Segundo a ata que elabora o pequeno histórico do clube:

a entidade logo caiu no conceito da população Riograndina e pela sua simpatia e sucesso alcançados, já no ano de 1924 passou a ser denominado “Rancho Carnavalesco” Braço é Braço, já com a presença nas ruas de elementos do sexo feminino, no qual num ruidoso sucesso a “A primeira fantasia (usada) por todos os componentes do rancho carnavalesco foi de marinheiro.

Em atas dos anos de 1960 já podemos observar uma comissão de senhoras que participava das reuniões da diretoria.

As entrevistas realizadas junto aos participantes do Clube Braço é Braço também demonstraram a necessidade da comunidade negra em assumir posição de destaque, nos eventos sociais. Em uma das entrevistas, um dos ex-presidentes do clube relata que os diretores presentes no Baile não podiam consumir bebidas alcoólicas antes do fim do evento, para que demonstrassem respeito perante os demais membros da sociedade.

Nos bailes realizados em outros clubes (clubes sociais não negros) as narrativas destacaram os traje de gala dos homens e mulheres, assim como o comportamento necessário para que esse fosse admirado e adquirisse respeitabilidade.

Os clubes sociais negros e a codificação de condutas dominantes

Observamos, assim, a codificação de códigos de conduta pertencentes à sociedade branca dominante, criadas dentro da estrutura desses grupos, havendo estruturas independentes da consciência dos agentes, as quais são capazes de orientar ou coagir suas práticas e representações (BOURDIEU,2004).

Os clubes sociais negros apresentaram-se entre meados de 1950 e 1980 como um espaço social onde as interações produziam uma satisfação imediata e as disposições adquiridas implicam um ajustamento a essa posição. (BOURDIEU, 2004). Por isso, as representações referentes às vestimentas e comportamento eram destacadas como necessárias e deveriam ser destacadas quando esses grupos interagissem com outros não negros, uma vez que também podem ser entendidas como a possibilidade de mobilidade social. (CARDOSO,1960; SPOLLE, 2010).

E em meados de 1998 o Clube Recreativo Braço é Braço parou de dar festas e por volta de



2001 sua estrutura começou a deteriorar-se.

A busca de pessoas que participaram desse período tem ido além do livro de atas, pois nem todos foram encontrados.

Em entrevista concedida por um “bracista” de 68 anos, que frequentou os clubes da região havia um sentimento de festa e de liberdade (meados de 1940), com festas e músicos que circulavam pelos bairros onde a população negra concentrava-se.

Nessa primeira parte da pesquisa, nossos estudos têm demonstrado que as associações mutualistas, além de estarem vinculadas às categorias profissionais expressaram um sentimento de liberdade e de integração à comunidade negra. E que atualmente essa visibilidade acabou perdendo-se, no entanto, durante um período (meados dos anos de 1940 até 1980) os clubes foram espaços sociais que possibilitaram a apropriação de propriedades específicas comuns a um grupo dominante.

A frase que finalizou a entrevista de um dos participantes e membros do Braço indica exatamente o sentimento que sinalizava esse período: *“Pra mim foi um período de ouro. Eu era o Rei”*.



Clube Braço é Braço atualmente (foto em 02/06/2012)



Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. Coisas Ditas. SP: Brasiliense, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARDOSO, Fernando Henrique. Os brancos e a ascensão social dos negros em Porto Alegre. *Ahemi*, ano X, n 17, vol XXX, ago. 1960.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CRUZ, Maria Cecília Velasco e. “Tradições negras na formação de um sindicato: sociedade de resistência dos trabalhadores em trapiche e café, Rio de Janeiro, 1905 – 1930”. In: *Afro-Ásia*, no 24, 2000.

FERNANDES, Florestan. Integração do Negro na sociedade de classes. São Paulo: Cia editora Nacional, vol. I e II, 1965.

GILL, Lorena Almeida; LONER, Beatriz Ana. Os clubes carnavalescos negros de Pelotas (RS). In: 3º. Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil meridional. Florianópolis, 2007. Endereço eletrônico: www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/37.37.pdf.

LONER, Beatriz Ana. Mobilização e Organização em Pelotas: 1888-1937. Tese de Doutorado em sociologia. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1999.

MAESTRI FILHO, Mário J. “O escravo africano no Rio Grande do Sul”. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Sergius. RS: economia e política. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979.

MARTINS, José de Souza. Cativo da Terra. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

ORNELAS, Manoelito de, Gaúchos e Beduínos. A origem étnica e a formação social do Rio Grande do Sul. Ed. José Olímpio MEC, 1976.

SPOLLE, Marcus V. A mobilidade social dos negros no Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Sociologia UFRGS), 2010.